

A mídia explorou bastante a aparente diferença de conceitos explicitada nos discursos de posse dos novos Ministros da Agricultura, Kátia Abreu e do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. A primeira defendeu a tese de que a reforma agrária deve ser apenas pontual porque acha que não existem mais latifúndios no Brasil. E o segundo quer uma reforma agrária abrangente, argumentando com a constitucional função social da terra. E chegou a colocar em pauta a velha discussão sobre a relatividade do direito de propriedade.

Há que clarear conceitos, que muitas vezes são distorcidos ou interpretados em função de crenças e ideologias. Não há dúvidas sobre Direito de Propriedade e sobre Função Social da Terra, ambos garantidos pela Constituição de 1988, e é fácil encontrar uma conexão entre ambas.

Direito de Propriedade não pode ser relativizado. Nenhuma nação se desenvolverá sem investimentos privados produtivos. E ninguém fará investimentos se não tiver garantia de que sua propriedade é inviolável. Não se trata de terra apenas. Ninguém comprará uma fábrica, montará um supermercado ou uma farmácia sem confiar que estes bens não lhe serão tomados por interesses de quaisquer natureza. Um indivíduo que compra uma casa é dono dela e acabou, esse bem não pode lhe ser tirado porque outros não conseguiram comprar uma também. Cabe ao estado oferecer a todos os cidadãos a oportunidade de conseguirem suas casas, mas jamais discutir o direito de quem pagou pela sua com trabalho honesto, luta de anos, poupança e perseverança.

Já a Função Social da Terra é outra questão fundamental, e por trás dela está o fato de que ninguém tem o direito de comprar um pedaço de terra para ganhar com a valorização, para especular. Preservados os recursos naturais essenciais, terra tem que gerar empregos dignos, alimentos, energia e fibras para atender às demandas fundamentais da humanidade e de cada país, com segurança alimentar e energética para todos. É uma questão ética: a terra tem que produzir; a população cresce no mundo todo, a demanda por produtos agrícolas aumenta e não se fabrica mais terra. Cabe ao Estado proporcionar os meios para que os donos de terra produzam a contento ou deixem a atividade para quem possa fazê-lo.

Clareados estes conceitos básicos, como age um governo para compatibilizá-los sem dubiedades interpretativas? Hoje terra é um fator de produção tão importante quanto assistência técnica, crédito, infraestrutura e logística, política de renda com seguro rural e preços de garantia, defesa sanitária ou regras de comércio. Sendo assim, dar terra apenas não cria riquezas, ela vale menos de 20% dos recursos necessários para se produzir eficientemente. É preciso o pacote integral. Em outras palavras, uma reforma agrária deve ser capitalista, dando a chance de progresso aos beneficiados por ela.

Resta uma questão semântica: latifúndio. Palavra meio demonizada, inicialmente caracterizava a grande propriedade. Ora, um cidadão pode ter 10

mil hectares e produzir neles todos, cumprindo integralmente legislação trabalhista, ambiental, tributária, fiscal. Com gestão eficiente e as melhores práticas agrícolas, ajudará ao país e sua terra terá cumprido a função social. Outro pode ter apenas 10 hectares e, por qualquer razão, não produz nada neles, de modo que a terra não cumpre sua função social. Quem está certo ou errado?

Com tais conceitos firmemente estabelecidos, não vai haver contradição dentro do governo. A menos que alguém alimente a cizânia. Mas a quem isso interessaria?

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**